
Jornal FNE

Edição 138 – Nov/13

Engenheiro traz nesta edição uma entrevista com o jurista Francisco Rezek, defensor da constitucionalidade da Lei 4.950-A/66, que estabelece o piso salarial dos engenheiros. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou a tese também em palestra realizada, a convite da FNE, na sede do Seesp, em São Paulo, no dia 23 de outubro. Segundo ele, aqueles que questionam a norma não leram a Carta Magna e “a desonram com interpretações burras do seu texto”.

A valorização profissional foi pauta ainda de debates em Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC), durante eventos que abordaram aspectos do desenvolvimento nos dois estados. Na atividade em Roraima, o senador Romero Jucá (PMDB/RR) manifestou seu apoio ao projeto de lei que cria a carreira de Estado para engenheiros, arquitetos e agrônomos. No Acre, foi reafirmada pelo governador Tião Viana a importância de assegurar remuneração digna a esses técnicos.

Tema fundamental ainda na pauta foi a audiência pública da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ocorrida em 24 de outubro, sobre a transferência da gestão da iluminação pública para os municípios. Conforme já alertado pela FNE, a medida pode gerar problemas às cidades, que não têm capacitação para dar conta da tarefa, e encarecer o serviço em até 527%.

Em C&T, o Experimentário, projeto idealizado pelo engenheiro Claudionor Assis, que ensina ciência aos alunos do ensino fundamental de maneira prática e divertida. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Grande vitória da geologia

A homologação pela Comissão Eleitoral Federal (CEF) do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) da chapa “Unidos venceremos” composta pelo titular geólogo Wanderlino Teixeira de Carvalho e sua suplente, a engenheira de alimentos Luciana Filemon, refazendo decisão anterior, estabeleceu a justiça do processo para escolha do conselheiro federal nas eleições do dia 12 de novembro. Mais que isso, reconheceu os geólogos como legítima profissão dentro do Sistema Confea/Creas.

Através da sua deliberação nº 028/2013, a CEF, em reunião realizada no dia 17 de setembro último, tendo por base o art. 111 e outros no Regulamento Eleitoral, havia cassado de ofício a candidatura de Carvalho, alegando que os profissionais geólogos ou engenheiros geólogos não poderiam participar do pleito eleitoral em referência, uma vez que, embora façam parte da

modalidade “industrial”, não são diplomados em engenharia ou agronomia, conforme dispõe o art. 29 da Lei nº 5194/66.

Felizmente, a CEF, atendendo defesa verbal do candidato no Plenário do Confea, fez a decisão, assegurando a sua participação no pleito. Trata-se de uma vitória não só dos candidatos, mas dos geólogos como um todo, que estavam sendo preteridos do Sistema.

No Brasil, a profissão de geólogo ou engenheiro geólogo é relativamente recente, na medida em que os primeiros cursos passaram a existir a partir da metade da década de 1950. A primeira regulamentação da profissão foi feita pelo Confea por meio da Resolução nº 120, de 5 de janeiro de 1959. Para a edição dessa, o conselho seguiu rigorosamente a legislação vigente até 1966 (quando houve a edição da Lei nº 5.194). Assim, a criação da profissão de geólogo, no Brasil, foi uma iniciativa do Confea. Em face dessa história, bem como de sua relevante contribuição à economia nacional, com a descoberta e avaliação de importantes depósitos minerais (a província de Carajás é um exemplo, dentre outras), bem como de petróleo e gás (o pré-sal, dentre outros) de classe internacional que têm permitido ao País a geração de divisas fortes e o atendimento ao mercado interno, sem desmerecer as outras especialidades da engenharia e da agronomia, não seria justo ou correto que os geólogos fossem praticamente expulsos do Sistema Confea/Creas.

Ao aprovar a chapa “Unidos venceremos”, o colendo Plenário do conselho deu uma importante contribuição ao Sistema. Parabéns a Wanderlino Carvalho, à CEF, ao Confea e a todos os geólogos.

Gerson Tertuliano – Presidente do Senge Goiás

ENERGIA

O nó da iluminação pública

Isonomia. Essa foi a tônica da reivindicação dos representantes das cidades paulistas e mineiras nas duas primeiras audiências públicas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), realizadas em São Paulo e Belo Horizonte (MG), respectivamente nos dias 24 e 25 de outubro último. Eles querem que a proposta do órgão regulador de ampliar para 31 de dezembro de 2014 o prazo de transferência da gestão do serviço público de iluminação para as localidades com população inferior a 50 mil habitantes seja válida para todas.

Caso contrário, as demais, de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 479/2012, terão de assumir o serviço em janeiro próximo. As prefeituras afirmam ser impossível cumprir o prazo devido a dificuldades, como falta de quadro técnico capacitado e desconhecimento dos dados das empresas de energia elétrica. Na audiência do dia 24, realizada na sede do Seesp, o prefeito de Santo Antonio da Alegria, Ricardo da Silva Sobrinho, integrante do consórcio de Alta Mogiana – que congrega 28 cidades com menos de 50 mil habitantes e duas acima desse

número –, além de apoiar a prorrogação do prazo, pediu para que a adesão seja voluntária e questionou a motivação da Aneel. “Não sabemos de prefeituras que queiram o serviço ou de concessionárias que queiram entregá-lo”, afirmou.

O representante da FNE na audiência, Carlos Augusto Kirchner, endossou o pedido dos prefeitos de estender o cronograma de transferência e propôs à Aneel o estabelecimento de exigências mínimas para a aceitação dos ativos por parte das administrações municipais. Ele apresentou um quadro preocupante da situação, em que não se sabem quais as reais condições desses ativos – nível de sucateamento dos equipamentos, assim como de atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – e como será a entrega do banco de dados. Por isso, ele defende a inserção de penalidades às concessionárias em caso de descumprimento da resolução no tocante ao bom estado dos equipamentos.

Para evitar maiores prejuízos, os engenheiros sugerem que o termo de responsabilidade do que se está entregando aos municípios seja assinado por profissional registrado junto aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Creas), com o endosso das distribuidoras. Propõem ainda que a prefeitura contrate um laudo técnico independente para atestar as condições dos ativos, que, segundo a Aneel, incluem relé fotoelétrico, reator, braço da luminária e lâmpada; o poste continuará com a distribuidora de energia da localidade.

Outra questão que preocupa, segundo Kirchner, é que os “gastos mensais com manutenção de iluminação pública (10% do total) poderão sofrer aumento de até 527% e o gasto no total (fornecimento mais manutenção), um acréscimo de 47%”.

A presidente do Senge Ceará e diretora da FNE, Thereza Neumann Santos de Freitas, ressaltou, na audiência em São Paulo, que a iluminação pública não pode ser vista apenas sob o aspecto comercial. “É, antes de tudo, uma questão de segurança.” Observou que, com a resolução, a fiscalização do serviço não será mais feita pela Aneel, o que exigirá das prefeituras a criação de equipes ou órgãos com esse propósito.

Neumann, que integra movimento contra a regulamentação de serviços acessórios de engenharia para as concessionárias, não tem dúvida de que as maiores beneficiárias com a nova norma serão, mais uma vez, as distribuidoras de energia elétrica, que deixarão de prestar o serviço como concessão, para poder participar das licitações como empresas, tendo a vantagem de deter todas as informações. Além disso, apontou, “elas vão ser altamente beneficiadas, pois poderão alugar os postes para as empresas que prestarão o serviço e até para as prefeituras”.

Responsabilidade e judicialização

Outro ponto destacado por Kirchner é o risco da judicialização da questão – inúmeras ações já foram impetradas e algumas obtiveram liminares favoráveis às administrações municipais, suspendendo a transferência. Ele citou o caso da cidade de Bertioga (litoral paulista), onde o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou ilegal a modelagem adotada pela Prefeitura local de contratação de empresa terceirizada para executar o serviço de iluminação pública.

O superintendente de regulação dos serviços comerciais (SRC) da agência, Marcos Bragatto – que coordenou os trabalhos dessa primeira sessão presencial –, apesar de todas as críticas

apresentadas ao longo da audiência, reafirmou a pertinência da medida. Segundo ele, trata-se de cumprir o preceito constitucional que define a competência do município na organização e prestação do serviço de iluminação pública. Conforme sua informação, apenas em São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Roraima, Amapá e parte da região norte do Paraná o serviço ainda é prestado pelas concessionárias, estando a cargo das prefeituras no restante do País, o que demonstraria a viabilidade da mudança. A representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Vanessa Rezende, lembrou, todavia, que a maior parte das cidades está concentrada em dois desses estados, São Paulo e Minas Gerais.

A Audiência Pública 107/2013 foi aprovada pela agência, em 24 de setembro último, motivada por um pedido dos prefeitos de municípios localizados nos estados de Roraima, Amapá, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, que alegaram dificuldades em assumir os ativos. A terceira e última sessão presencial sobre o tema ocorreria no Recife (PE), em 4 de novembro. Quem não puder participar, pode enviar contribuições até 8 de novembro para o e-mail ap107_2013@aneel.gov.br ou para o endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Térreo, Protocolo Geral, CEP: 70830-110, Brasília-DF. (JS/PG). Cumpridas todas essas etapas, será realizada uma reunião pública da diretoria da Aneel, provavelmente ainda em novembro, para definir o que será acatado ou não pelo órgão.

Por Rosângela Ribeiro Gil

CRESCER BRASIL

Engenharia urbana em debate no Acre

Em 24 e 25 de setembro último, ocorreu em Rio Branco, capital do estado, o seminário “Engenharia urbana: cidade e mobilidade, engenharia e arquitetura pública”. Realizado pela FNE e Senge-AC, o evento contou com a presença de cerca de 500 pessoas, entre estudantes e profissionais da categoria. Integra a atual etapa do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Nessa fase da iniciativa lançada pela federação em 2006 e atualizada constantemente, com a adesão dos sindicatos a ela filiados, o objetivo é discutir os entraves ao desenvolvimento nacional com sustentabilidade e inclusão social. Sob essa perspectiva, dominaram os debates na cidade acriana os desafios enfrentados pela população no estado quanto à regularização fundiária e mobilidade urbana, bem como possíveis soluções para assegurar melhores condições de vida a esses cidadãos. Sebastião Fonseca, presidente do Senge-AC, afirmou que as mudanças dependem do esforço de agentes políticos, sociedade e indivíduos conscientes. Outro tema abordado foi a regularização de vazão do Rio Acre, com a apresentação de estudos de viabilidade de barragem/eclusas ou lagoas de regulação.

O evento incluiu homenagens a autoridades locais, assinatura de termo de cessão para construção da futura sede do Senge-AC pelo prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, bem como do convênio “Bolsa Estágio Universidade”. Esse último, firmado entre a administração pública municipal e o sindicato, visa a atuação de futuros profissionais na regularização fundiária, engenharia e arquitetura públicas na capital.

Inaugurando a programação, foi realizada visita técnica à “Cidade do Povo”, tema que foi apresentado no dia 25, em painel formado pelo secretário estadual interino de Infraestrutura e Obras Públicas, Leonardo Freire, e diversos arquitetos e urbanistas. O projeto prevê a construção, em uma área de 5km do centro de Rio Branco, de 10.518 unidades habitacionais, para abrigar 50 a 60 mil pessoas. A obra vem sendo viabilizada mediante parceria público-privada (PPP) e deve dotar o entorno da infraestrutura urbana necessária para atender a população local. Assim, do total da área, 30% se destinarão aos lotes habitacionais, edificados pela iniciativa privada, e o restante, a espaços públicos. Está prevista reserva de 40% a área verde. O investimento estimado é de R\$ 1,167 bilhão, sendo R\$ 880 milhões oriundos do programa “Minha casa, minha vida” e o restante, do Governo do Acre. A conclusão deve ocorrer em 2014.

A valorização profissional é crucial para se alcançar os resultados almejados. Presente ao evento, o governador do Acre, Tião Viana (PT), asseverou nesse sentido que, nos próximos dias, seria sancionada a lei dos engenheiros, estabelecendo o piso da categoria – R\$ 7 mil no estado. “Temos que tratar essa carreira com todo respeito, porque faz parte das nossas vidas e é dominante na nossa sociedade. Ela está sempre obrigando os governos a tomarem decisões, conduzindo a gestão pública. E precisamos de engenheiros aqui, de todas as especialidades. Em novembro, teremos um leilão de gás e petróleo, e a engenharia precisa discutir essa nova fronteira de postos de trabalho que será aberta. Estamos dobrando as vagas de pós-graduação para preparar as novas gerações a esses desafios”, comentou.

Marcus Alexandre, que é engenheiro, enfatizou: “Passamos 50 anos atravessando o rio por apenas duas pontes e isso nos obrigava a passar sempre pelo centro da cidade. Hoje temos mais duas, e foi a engenharia que nos ajudou a encontrar essa solução de mobilidade urbana. Ela tem ajudado a melhorar nossas vidas e encontrar respostas para os desafios das cidades.”

Homenagens

No ensejo, Tião Viana foi homenageado pela FNE e pelo Senge-AC. “As políticas públicas que o governador tem desenvolvido nos orgulham muito e têm sido reconhecidas por engenheiros de todo o Brasil. Podemos falar da ‘Cidade do Povo’, o nosso maior exemplo, mas também temos o programa ‘Ruas do Povo’, o programa de piscicultura. Além disso, o governador reconhece a importância da nossa carreira e nos próximos dias deve aprovar uma grande vitória, que é a valorização da nossa classe no setor público”, destacou Fonseca.

O presidente da FNE, Murilo Pinheiro, reconheceu ser o governador Tião Viana uma referência nacional, “pela atitude, empenho e esforço nas causas do Acre e do País. O estado tem sido um grande exemplo em políticas públicas na área de engenharia e projetos como a ‘Cidade do Povo’ e o Complexo de Piscicultura chamam muito a nossa atenção”. Assim, comentou: “O governador está de parabéns por conduzir tão bem a gestão pública com a engenharia. Aqui temos exemplo de trabalho voltado para a sociedade.”

O deputado Ney Amorim (PT), primeiro secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Acre (Aleac), também foi homenageado pelo Senge. “É um grande orgulho e não sei se já fiz o suficiente para merecer esse reconhecimento, mas vou me empenhar cada vez mais para apoiar essa carreira tão importante para a sociedade”, disse o parlamentar na oportunidade.

Sob a perspectiva de valorização da categoria, João de Deus, vice-presidente do Senge-AC, considerou fundamental a participação dos estudantes no seminário. “É muito importante que o sucesso desse evento reflita na qualidade da formação de futuros profissionais da engenharia.” E concluiu: “O seminário deve servir de inspiração, na busca de soluções que realmente contribuam para a qualidade de vida da população do Acre.”

Por Soraya Misleh, com informações de José Mastrangelo e Tatiana Campos

CRESCER BRASIL

Roraima aposta no desenvolvimento

Os passageiros de um determinado voo aguardam sentados em suas respectivas poltronas pelo início da viagem. Finalmente, adentram a aeronave o comandante e o copiloto, ambos portadores de deficiência visual. A óbvia comoção é aplacada pela comissária, que acalma a todos afirmando não haver qualquer risco, apesar do inusitado da situação. “São os melhores profissionais do ramo, já voaram milhares de horas”, afirma. O avião começa a taxiar e segue na pista, cujo fim vai se aproximando. Tomados de pavor, todos berram, quando o airbus decola. Alívio geral a bordo. Na cabine de comando, o copiloto comenta com o comandante: “No dia em que eles pararem de gritar, estamos perdidos.”

Com essa anedota, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, abriu o seminário “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, realizado em 11 de outubro último, em Boa Vista (RR), demonstrando o espírito da iniciativa, lançada em 2006 pela federação, de participar efetivamente dos rumos do País. “A ideia foi fazer os profissionais colocarem a cabeça para fora”, afirmou. Mais tarde, ainda durante a programação, em palestra sobre organização sindical, ele voltaria a conclamar todos à mobilização e à união: “Quero pedir a vocês que se engajem a um tipo de sindicalismo que tem críticas e reivindicações, mas também propostas.”

Ainda na abertura do evento, o presidente do Senge-RR, Wolney Costa, comemorou a presença maciça no auditório do Corpo de Bombeiros para acompanhar os debates que tiveram como tema “Produção e infraestrutura no estado de Roraima”. Marcos Camoeriras, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) do estado e ex-presidente do sindicato, também festejou a realização. “Estamos consolidando a entidade, que está sendo conduzida com muito compromisso.”

Desafios de um jovem estado

O governador José de Anchieta Junior deu início às palestras abordando os desafios para o desenvolvimento de Roraima, que deixou de ser território apenas em 1988, e o papel nesse processo dos engenheiros, que atualmente reivindicam melhor remuneração. “Nosso estado é novo e ainda não se consolidou economicamente. Entendemos a importância fundamental do

profissional de tecnologia para esse objetivo. Temos um comitê para estudar uma equação e chegar a um denominador para resolver a questão salarial”, afirmou.

Acertadas as contas com os profissionais, Anchieta discorreu sobre os potenciais do estado que precisam superar entraves relevantes para serem alcançados. Um deles, afirmou, é a questão fundiária, ainda pendente. Conforme o governador, está prevista a regularização de 18 mil ocupações, sendo 11.500 lotes até 400 hectares.

Outra preocupação manifestada pelo chefe do Executivo é que não sejam ampliadas as áreas destinadas a reservas ambientais e indígenas, que hoje já representam cerca de 60% do território roraimense. O tema é objeto de disputa com o governo federal, que reivindica mais 700 mil hectares para esse fim. “Nós oferecemos 30 mil”, informou Anchieta. Segundo ele, é inaceitável reduzir os atuais 5,5 milhões de hectares, ou 28,20% do total, disponíveis para a atividade econômica. Ele aproveitou o ensejo para criticar a coincidência entre as terras destinadas à população nativa e a presença de minérios, inclusive diamantes e titânio, no subsolo. “Alguém sabe que está ali e pega um antropólogo para dizer que a população é daquele lugar. Os índios estão sendo usados para um interesse bem maior”, disparou.

Ainda segundo Anchieta, Roraima tem grande potencial para a agricultura, especialmente soja e arroz, com boas condições de solo, climáticas e disponibilidade de recursos hídricos. Na sua visão, com “o limite atingido no Centro-oeste”, as regiões Norte e Nordeste podem ser o novo reforço à produção nacional. Para tanto, ele defende o desenvolvimento de infraestrutura, já que a questão logística pode empacar o escoamento da produção. “O custo de transporte até Santos é de US\$ 145/tonelada devido à precariedade do transporte.” O governador propõe o investimento em ferrovias e hidrovias, mais eficientes que as rodovias, e o aproveitamento dos corredores potenciais da Amazônia legal na fronteira norte do Brasil para escoar a produção.

Anchieta destacou ainda a importância estratégica para Roraima da inclusão no Mercado Comum do Sul (Mercosul) da Venezuela, um dos principais parceiros comerciais do estado, juntamente com a Guiana Inglesa e a cidade de Manaus (AM).

O engenheiro Aniceto Wanderley reafirmou a necessidade de incremento em infraestrutura para que os produtores possam investir com segurança. Ele destacou a importância da piscicultura no estado, que tem como uma das vantagens a qualidade da água. Questão essencial ao debate foi tratada por Rodrigo Moreira, da Boa Vista Energia. Ele falou sobre as medidas que estão sendo tomadas para livrar o estado da vulnerabilidade no suprimento de eletricidade, atualmente importada da Venezuela, que passa por crise no setor.

Valorização profissional

Encerrando o evento, o senador Romero Jucá (PMDB/RR) falou sobre questão premente para a plateia de engenheiros e futuros profissionais: o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013, que cria a carreira de Estado para engenheiros, arquitetos e agrônomos nas três instâncias de governo: federal, estadual e municipal. A proposta acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regulamenta o exercício dessas atividades.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, Jucá já apresentou seu parecer favorável. Entusiasta da ideia, ele se disse otimista quanto à aprovação

pelos demais membros da CCJ. Sendo aprovado sem alterações no texto que teve origem na Câmara dos Deputados, o projeto segue diretamente para sanção presidencial, etapa em que pode encontrar resistência, na sua avaliação. “Será preciso mobilização de todos para convencer da prioridade, porque temos que remunerar bem o engenheiro”, destacou. E se comprometeu com a luta da categoria: “Estarei ao lado de vocês, vou aprovar o meu parecer na Comissão e vou trabalhar junto ao governo para não haver veto.”

Por Rita Casaro

SINDICAL

O que acontece nos estados

PI

Proposta do PCCS foi entregue à Prefeitura de Teresina

Cerca de 50 engenheiros, agrônomos e arquitetos discutiram e aprovaram a minuta de projeto de lei que cria o Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) na Prefeitura Municipal de Teresina. Nesse, foi definido que a remuneração dos profissionais será composta de vencimento e gratificação de responsabilidade técnica (GRT). As categorias formaram uma comissão para iniciar o processo de negociação com a Prefeitura. A proposta definida no plano inicia com vencimento de R\$ 5.763,00, somado à gratificação técnica de responsabilidade no valor de R\$ 339,37, que gera uma remuneração inicial de R\$ 6.102,37. No final da carreira, o vencimento será de R\$ 10.370,24, o qual, acrescido da GRT, totalizará R\$ 10.709,61. A progressão na carreira será condicionada à estabilidade, a estar em exercício do cargo na administração direta e indireta do município, ter cumprido o interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício na referência de vencimento em que se encontra e ter obtido parecer favorável nas duas últimas avaliações e pontuação mínima exigida em regulamento específico. Os profissionais que obtiverem classificação para o procedimento de progressão avançarão um nível, com ganho de 3% sobre o vencimento, reiniciando-se nova contagem de tempo, registros, anotações e avaliações para fins de apuração de progressão. A mudança do último nível da primeira classe para o primeiro da segunda classe implica aumento de 5% sobre o vencimento do servidor. Além disso, a passagem do último nível da segunda classe para o primeiro da terceira garante incremento de 10%.

MA

Entidade faz palestra no Colégio Literato

Foi realizada no dia 21 de outubro último uma aula para os estudantes do 9º ano do ensino fundamental do Colégio Literato, sob a coordenação do Senge-MA. Durante a reunião com os jovens, os engenheiros civis Antônio Palmeira e Antonio Emmanuel Miguez (ambos associados ao sindicato) discorreram sobre a engenharia e suas especialidades, sua importância para a sociedade, o mercado de trabalho, bem como o perfil profissional. Acompanhado pelo presidente do Senge, Berilo Macedo, e a ex-presidente e atual diretora executiva da entidade, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, Palmeira respondeu as perguntas dos alunos e disse que

para exercer a profissão, é necessário afinidade com a área e principalmente ética profissional. Ao encerrar, Erisson Lindoso, coordenador do I Salão de Profissões, convidou o Senge a participar desse evento para apresentar as atividades desenvolvidas pelo engenheiro civil na elaboração e execução de projetos. A iniciativa acontecerá no dia 12 de novembro, no Pestana São Luís Resort Hotel, na capital maranhense.

TO

Seageto e Crea firmam convênio

Pelo terceiro ano consecutivo, o Seageto e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-TO) firmaram convênio para inserir a entidade na política de fiscalização do exercício profissional, por meio de medidas preventivas para reduzir a ocorrência de infrações. O objetivo da direção do sindicato é colaborar com a fiscalização do exercício profissional e combater o serviço prestado por leigos, através de palestras sobre legislação, exercício da profissão e atribuições, bem como cursos, informativos e outras ações pertinentes. O documento foi assinado no dia 1º de outubro último, pelos presidentes Antonio Ciro Bovo e Roberta Castro, respectivamente do Seageto e do conselho.

GO

Acordo assinado garante salário mínimo profissional

Os representantes do Senge-GO reuniram-se com o presidente da Celg Distribuição, Leonardo Lins de Albuquerque, e o seu diretor administrativo, Rodrigo Madeira Henrique de Araújo, no dia 3 de setembro último, para tratar do enquadramento do salário mínimo profissional e da carreira dos engenheiros da companhia. Na ocasião, ficou acordado que a empresa providenciará o reenquadramento dos analistas técnicos, pertencentes ao quadro atual, na função de engenheiro, considerando as faixas de classificação da tabela salarial para cargos de nível superior do atual Plano de Carreira e Remuneração (PCR), previsto na Lei 4.950-A/66, a partir do dia 1º de setembro de 2013. Outra deliberação foi o reconhecimento pela companhia da dívida do período entre a data da implantação da complementação regressiva, em março deste ano, até o mês da readequação, por meio do reenquadramento, informando ao Senge o pagamento das diferenças salariais em parcela única na folha de janeiro de 2014. Além disso, a Celg garantirá nas negociações a participação do Senge como legítimo representante dos engenheiros. “Demos um importante passo para a solução de uma questão que vem ao encontro das expectativas da categoria”, ressalta o presidente da entidade, Gerson Tertuliano.

RS

Sulgás qualifica engenheiros no sindicato

Na cerimônia de encerramento do curso de especialização em engenharia de dutos, promovido no dia 19 de outubro último pela Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (Sulgás), foram diplomados 29 profissionais do seu quadro técnico. Trata-se de uma empresa de economia mista do estado do Rio Grande do Sul, criada em 1993 para comercializar e distribuir gás natural canalizado. Com carga de 208 horas/aula, foi realizado no Senge por docentes do Departamento de Engenharia Mecânica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), sob a coordenação do professor Ph.D. José Freire. A gerente de gestão de pessoas da Sulgás, Teresinha Alves, reafirmou a importância da parceria com o sindicato para a realização do curso, não apenas pela expertise da entidade na oferta de oportunidades de qualificação, mas também pela estrutura diferenciada e já consolidada para promoção de eventos desse

porte e de longa duração. O vice-presidente do Senge, Alexandre Wollmann, elogiou a iniciativa da companhia de investir na qualificação de seus profissionais, o que aproxima a visão da empresa do planejamento do próprio sindicato na área de capacitação, materializado no projeto Conexões Engenharia.

ENTREVISTA

Francisco Rezek: piso é constitucional

Os engenheiros e demais profissionais cujo piso salarial está estabelecido na Lei 4.950-A/66 têm um aliado de peso na defesa desse direito. Trata-se do jurista e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) por dois períodos (1983-1990 e 1992-1997), Francisco Rezek. Em palestra realizada a convite da FNE, na sede do Seesp, em São Paulo, no dia 23 de outubro, ele desmontou os argumentos dos adversários do piso profissional. Esses vêm alegando que a regra que determina valor equivalente a seis ou nove salários mínimos para jornada diária de seis ou oito horas, respectivamente, feriria o preceito constitucional segundo o qual é vedada qualquer indexação ao mínimo. Conforme o antigo magistrado, o inciso IV do art. 7º, de fato, assim determina. No entanto, logo a seguir, o texto afirma o direito ao piso para o profissional qualificado, o que garante a validade da legislação. Momentos antes de ministrar a conferência, Rezek falou ao Engenheiro sobre o tema.

O que garante a constitucionalidade da Lei 4.950-A/66, que define o piso dos engenheiros e de outros profissionais?

A Constituição de 1988 não se limitou a recepcionar a lei e fez exatamente o contrário daquilo que alguns governadores, como a do Maranhão (Roseana Sarney), supõem. Na realidade, deu estatura constitucional ao piso salarial dos trabalhadores qualificados. Aquele inciso IV do art. 7º da Carta diz efetivamente que o salário mínimo concebido para suprir as necessidades do trabalhador em geral não deverá servir de referência para outros cálculos. Mas logo em seguida vem o inciso V – que parece que muita gente não leu –, que diz que haverá piso salarial diferenciado para categorias profissionais qualificadas. O que mais me impressiona neste caso é que alguns governantes, com apoio de juristas oficiais, entregaram-se ao esporte de ler um dispositivo da Constituição e não ler o seguinte. A impressão que se tem é que tudo que se contrapõe aos interesses das categorias são pessoas, até mesmo do mundo jurídico, que não apenas não leram a Constituição inteira, mas que não leram nada do que a doutrina diz sobre isso ou do que o Supremo já disse a respeito. Que aquela regra contida no inciso IV é uma norma inspirada na história recente do Brasil, de inflação galopante, em que ganhos de capital estavam sendo atrelados ao salário mínimo e usava-se dele para reajustar aluguel, juros bancários, tudo o que há de mais estranho ao trabalho.

Diante dessa clareza, de onde saem os argumentos contrários à lei?

Eu não sei se há uma matriz única, ou apenas o fenômeno repetido em administrações estaduais, consistente em se fazer no Estado federado uma espécie de advocacia da avareza a

qualquer preço. Já que os dinheiros públicos estão saindo em vários ralos irregulares em quase toda parte, vamos economizar naquilo em que seria correta e legalmente empregado. Parece que isso está levando os advogados defensores dos tesouros públicos a assumirem uma posição de absoluta continência, mesmo que ao preço de desonrar a Constituição, com interpretações burras do seu texto. Não creio que haja uma coisa organizada, isso aconteceu no Maranhão e parece que em outros pontos.

Essa advocacia da avareza acaba por prejudicar a gestão pública?

Isso prejudica o recrutamento de quadros qualificados, que, diante da falta de percepção pelo Estado do dever de retribuir corretamente os profissionais qualificados, acabam se deixando seduzir por propostas que nem são grande coisa no setor privado, mas melhores que o tratamento aviltante que a administração pública, aqui e ali, pretende lhes dar.

Qual deve ser o desfecho no STF da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) impetrada pelo Governo do Maranhão contra a lei do piso?

Não é preciso nem levar em consideração que a relatora é a ministra Rosa Weber, originária da Justiça do Trabalho, que sempre espancou com firmeza toda tentativa de dizer que a lei não sobreviveu à Constituição. Nem seria preciso que fosse uma especialista, para que o Supremo honrasse a sua própria história. Já falou sobre isso por diversas vezes da Casa, incluindo o ministro Moreira Alves, que, num acórdão de 1997, disse que a não indexação ao salário mínimo não é regra absoluta, e situou a norma no seu contexto histórico. Cuida-se apenas de esperar a hora, que já está demorando, de o Supremo ser fiel a sua própria história.

A lei, que hoje só é aplicada aos chamados celetistas, deveria ser estendida aos estatutários?

Sem dúvida. Eu não tinha notícia sequer de que, onde a regra da Lei 4.950 não opera, se estivesse pagando tão pouco. Seria de toda a conveniência que se generalizasse o comando da lei. Essa seria uma grande causa, não somente para engenheiros e arquitetos, mas a todos que se habilitaram mediante formação universitária ao exercício da função pública.

Nesse sentido, o senhor é favorável à criação da carreira de Estado para engenheiros?

Não há a menor dúvida de que o serviço público só teria a ganhar com a construção de carreiras de Estado outras que aquelas que tradicionalmente já existem, como militar, diplomática, do Fisco. Tenho a impressão que isso tem alguma modernidade, que em algumas sociedades muito evoluídas, como as dos países escandinavos, já temos carreiras de Estado no domínio da engenharia, da medicina. Ou seja, nas funções exigentes de nível universitário e nas quais é indispensável atuação do Estado, em que não se pode deixar só por conta do mercado.

Por Rita Casaro

Estimular o gosto pela ciência na infância

Para que mais jovens optem pela engenharia, é fundamental que esse interesse seja despertado ainda no ensino fundamental. Sob esse olhar, o engenheiro civil Claudionor Rodrigues de Assis idealizou há dez anos o Projeto Experimentário, feira itinerante de ciências que abrange no total 1.300 experimentos. Através deles e da devida orientação de professores da rede pública capacitados pelo projeto, princípios da ciência, biologia, física, matemática são transmitidos ao público infantil. Confeccionados de maneira simples, em materiais acessíveis, a maioria artesanalmente, permitem a reprodução pelos visitantes interessados em outros ambientes. O Projeto Experimentário funciona sob essa lógica, como afirmou Assis, não sob a ideia de uma feira cujo conteúdo é propriedade de alguém.

A iniciativa vai ao encontro do que propugna a FNE e é complementar ao seu esforço por garantir que mais estudantes escolham a carreira – expresso no vídeo que tem exibido a alunos do segundo grau, intitulado “Mais engenheiros para construir o Brasil” (disponível em <http://migre.me/gtBHW>). Conforme demonstra essa apresentação, alunos que gostam de entender o funcionamento das coisas e têm afinidade com física, matemática e química já possuem um bom perfil para o ofício.

A exposição

A feira itinerante já foi vista, conforme Assis, em cerca de 50 cidades do País, “de Cuiabá (MT) para baixo”. A reportagem da FNE visitou a instalação na cidade de Monte Mor, na Região Metropolitana de Campinas, interior de São Paulo. Montada entre 1º e 27 de outubro último em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo no Ginásio Poliesportivo Baía Assis, nessa versão, contava 440 dos 1.300 experimentos. Entre esses, um pequeno e estreito retângulo em cujo piso há bolinhas de gude, no qual as crianças tentam dar passos. “Em 30 segundos, têm a noção de que é preciso atrito para caminhar”, explica o engenheiro. Uma forma lúdica e pedagógica de passar conceitos que, na teoria, parecem complexos demais não só para esse público, mas para os de faixas etárias superiores. Na sua opinião, isso acontece porque, em geral, devido a uma deficiência nas faculdades de pedagogia, os professores “não sabem, por exemplo, ensinar matemática, que é muito simples”.

Ainda em exposição, a história e o princípio científico do monjolo chinês, com uma réplica em escala real, bem como do funcionamento das roldanas (que permitem a transferência de força e movimento, portanto, divisão do peso de uma carga). Outra experiência visa ensinar ao visitante o que é energia cinética e potencial: três pequenos escorregadores com curvaturas distintas em que se lançam bolinhas para verificar qual chega primeiro. “É uma invenção de Newton (Isaac) de 1796.” Tudo explicado por Assis e pelos professores em linguagem simples.

A feira também apresenta um experimento denominado “pêndulos de Newton”. São cinco pequenas bolas de metal penduradas por cordas. Se o aluno bater, por exemplo, a primeira na segunda, o movimento se repetirá entre as duas últimas. A proposta é transmitir a noção de que “a energia se transforma, e a importância de conservá-la”. Na exposição, é possível encontrar ainda uma sequência de experimentos com espelhos, para explicar como se dá o reflexo da imagem, conforme sua colocação (côncava, sobreposta etc.). E diversas colmeias de

abelhas em distintas formas geométricas procuram mostrar, conforme descrito no Experimentário, que as em formato sextavado permitem guardar um litro de mel; as quadrangulares, 0,93 litros; as cilíndricas, 0,89 litros; e as triangulares, 0,82 litros. A intenção é que as crianças tenham a noção de cálculo diferencial integral, diz Assis. Já uma mesa de pregos, dessas que se costuma ver nos filmes em que um faquir deita-se sobre e não se machuca, indica o “princípio da divisão”. “Um prego fura, vários juntos, não”, explica o engenheiro. Cubos em diferentes materiais – chumbo, cortiça, ferro, ouro – também integram o rol de experimentos, com o objetivo de ensinar densidade às crianças.

O princípio do cinema; uma constelação do Hemisfério Sul vista com óculos em terceira dimensão (base da astronomia); uma bicicleta que a criança pode pedalar e, assim, gerar energia elétrica; uma grande bola de metal muito procurada, porque deixa os visitantes com “cabelo em pé” ao simples toque; uma casa inclinada que mostra que tudo “depende do ponto de observação”; um boneco do cientista Albert Einstein sobre uma bicicleta, com uma descrição sobre quem foi essa personalidade; uma réplica da lâmpada de Thomas Edison; um minigerador de energia com acionamento manual; e uma série de objetos antigos (telégrafos, telefones, televisão, rádio, bicicletas, rocas) através dos quais busca-se mostrar o avanço científico e tecnológico ao longo dos tempos estão entre as atrações. “O início de tudo está aqui”, disse Assis, apontando para a área da feira em que se contava a história da evolução humana, desde o big bang (explosão) há 13,7 bilhões de anos, que daria origem ao universo, até o surgimento do homo sapiens (homem).

O Projeto Experimentário deve seguir por outras cidades do interior de São Paulo, ainda a serem definidas. A feira custa ao município entre R\$ 100 mil e R\$ 200 mil e normalmente abre todos os dias da semana, das 8h às 20h. A entrada é franca. Também é dada consultoria a municípios de todo o País que queiram montar sua própria estação ciência. Mais informações no site <http://experimentario.wix.com/projeto>.

Por Soraya Misleh